

-----**ACTA N.º 186**-----

----- Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e sete, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

- 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara. -----
 - 2 – Período de antes da Ordem do Dia. -----
 - 3 – Ordem do Dia. -----
 - 3.1 – Prestação de Contas de 2006. -----
 - 3.2 – Inventário e Cadastro de 2006. -----
 - 3.3 – 1ª Revisão Orçamental de 2007. -----
 - 3.4 – Autorização de transferência do património para a Vougapark. -----
 - 3.5 – Isenção de IMT na transferência do património. -----
 - 3.6 – Alteração de caminho público, nos Padrões. -----
 - 3.7 – CPCJ – Relatório de Avaliação/2006. -----
 - 4 – Outros assuntos: A assembleia aprovou incluir o seguinte assunto: -----
 - 4.1 – Moção – SAP. -----
 - 5 – Período destinado ao público. -----
- Eram cerca das dezassete horas e vinte minutos quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----
- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que verificasse se havia quórum e procedesse à chamada. -----
- Depois de realizada a chamada, verificou-se a presença dos membros Albano de Amaral e Macedo, Alexandre Fernandes Tavares, Ana Paula Tavares Amador Hadden, António Fernando da Silva Dias, António Nunes Tavares, António Rodrigues Ferreira, Belmiro Manuel Marques, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, Edgar Jorge Ribeiro da Silva, Fernando da Silva Oliveira, Harolde Soares da Silva Balaías, João Pereira Henriques, Joaquim Zacarias Paulino Gabriel, José Dias da Silva, José Loureiro dos Anjos, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, José Tavares Batista Braga, José Tavares Coutinho, Júlio Martins Fernandes, Manuel Henriques Soares, Maria Elizabeth Martins Henriques, Nuno Miguel Matos Silva, Paula Cristina Vaz dos Santos, Rui Manuel Batista Rocha, Severo Mendes Pereira, Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes, e foram registadas as faltas dos membros Francisco Furtado de Menezes Velloso Ferreira, que remeteu uma justificação por escrito, lida pelo presidente da mesa, e Rafael Ferreira Matos. -----
- A seguir, o presidente da Assembleia Municipal informou que entre as 21 e as 22 horas decorrerá a eleição para a assembleia da Grande Área Metropolitana de Aveiro, conforme convocatória remetida para os membros deste órgão eleitos directamente e, também, para os presidentes das juntas de freguesia, informando que teria de suspender os trabalhos desta sessão por volta das 20h30m, para se instalar a mesa eleitoral. -----
- Seguidamente, foi submetida à apreciação a acta n.º 185, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, ficando dispensada a sua leitura. -----
- A acta da sessão anterior foi aprovada por maioria, com a abstenção de Paula Cristina Vaz dos Santos e os votos a favor dos restantes membros. -----

-----1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara -----

----- O presidente da câmara informou que poderia ser dispensada a leitura da informação escrita, por ter sido enviada atempadamente a todos os membros. Contudo, estaria ao dispor para prestar qualquer esclarecimento sobre os assuntos exarados nesse documento. -----

----- O membro Joaquim Zacarias informou ter ficado satisfeito com a informação indicada no documento sobre a realização de um “Plano de acção do QREN”, com o objectivo de se terminar com “projectos avulsos e desinseridos de qualquer lógica de prioridade local ou regional”. O presidente da câmara informou que não se tratava de uma iniciativa desta entidade, mas de uma obrigação que compete a todos os municípios, independentemente dos planos que já possuam nas diferentes áreas. Assim, para poderem beneficiar dos fundos comunitários, terão que realizar o plano referido no documento. -----

-----2 - Período Antes da Ordem do Dia-----

----- Foram registadas as seguintes inscrições, para este período: Rui Rocha, José Braga, Albano Macedo, António Dias e Joaquim Zacarias, que intervieram na seguinte sequência: -----

Rui Rocha – Solicitou informação sobre o asfaltamento de um caminho na freguesia de Paradela do Vouga, do conhecimento do vereador Raul Duarte, com intervenção da junta de freguesia, nomeadamente, na construção de valetas e melhoramento das bermas. Aproveitou, também, para perguntar quando seria asfaltada a Rua da Escola das Eiras, bem como, a beneficiação do parque do Jardim de Infância e substituição do respectivo equipamento. Por último, perguntou ao presidente da câmara informação sobre a passagem pedonal sobre a EN328 e, também, sobre o edifício da estação, porque foi já ventilado haver um acordo entre o Município e a CP. -----

Manuel Soares – Em relação ao alcatroamento da estrada para duas moradias, solicitou ao vereador que tomasse esse apontamento. Quanto à Rua da Escola das Eiras informou que estava a decorrer um concurso para serem beneficiados vários troços, incluindo o da rua indicada. Sobre o edifício da estação de Paradela, disse que na informação escrita referia que estavam a ser realizadas diligências no sentido de se alcançar um acordo com a CP, considerando que vai ser resolvido esse problema, porque na última reunião realizada nesta entidade foi acordada a celebração de um novo protocolo, que obriga ao pagamento de uma renda anual, nos termos da nova legislação. -----

José Braga – Dirigiu-se ao presidente da mesa e perguntou o motivo da não inclusão de um requerimento na ordem de trabalhos, apresentado pela Junta de Freguesia de Sever do Vouga. -----

Seguidamente, dirigiu as questões ao presidente da câmara, começando pela estrada de Lourizela, perguntando quando seria colocado o tapete nessa via, isto porque já veio muito bom tempo para se fazer esse trabalho. -----

Continuou, questionando se havia alguma previsão para a adjudicação da escola de Couto de Esteves e inicio dos respectivos trabalhos. -----

Sobre a estrada de Rocas ao Couto, designadamente, em relação ao muro de Irijó, informou que, pelo menos, deveria ser sinalizado o local. -----

Perguntou sobre o processo de construção da Barragem Couto/Ribeiradia, para saber o ponto de situação desse projecto. -----

Em relação à ciclo via, disse que essa obra se encontra parada, com veículos a transitar, tais como, motos a quatro e camiões de madeireiros que danificam muito os trabalhos realizados – perguntou quem assumia a reposição do pavimento. -----

Perguntou, como estava o projecto do Braçal, para saber se era para avançar. -----
Por ultimo, fez um reparo quanto à falta de som durante o espectáculo realizado no passado dia 25 de Março, com actuação das bandas filarmónicas, isto porque o presidente da câmara fez um discurso e ninguém conseguiu ouvir nada o que disse, sugerindo, também, o encerramento da via durante a realização desse espectáculo. -
Almeida e Costa - Antes de dar a palavra ao presidente da câmara municipal, o presidente da assembleia municipal respondeu ao membro José Braga, sobre o motivo de não ter incluído o requerimento apresentado, atempadamente, na ordem de trabalhos desta sessão. Assim, respondeu que tomou a iniciativa de falar pessoalmente com o presidente da Junta de Freguesia de Sever do Vouga para lhe explicar o motivo da não inclusão desse assunto na ordem do dia e, chegaram, informalmente, a um consenso. Mas, em termos legais, embora tenha respeitado aqui o artigo 87º da LAL e 42º do Regimento, quanto à entrega do pedido dentro do prazo, informou ser certo que só poderiam ser incluídos assuntos na ordem do dia desde que sejam da competência do respectivo órgão e, tendo muitas dúvidas quanto ao conteúdo do documento que constitua um tema da competência deste órgão e, não desejando colocar na ordem de trabalhos um assunto que poderia não ser da competência da assembleia municipal, decidiu falar em primeiro lugar com o presidente da junta de freguesia de Sever do Vouga e, com o devido respeito pela posição tomada pelos órgãos colegiais da Freguesia de Sever do Vouga, sugeriu que fosse aprovado um texto no seio da assembleia municipal que demonstrasse a preocupação e repúdio pelo eventual encerramento do Serviço de Apoio Permanente, que poderia ter mais força que subscrever a proposta apresentada. ----
Contudo, poderia ser submetida à apreciação deste órgão uma moção ou uma recomendação sobre essa matéria, que subscrevia na primeira linha, concluiu o presidente da mesa. -----
Seguidamente, falou sobre a barragem de Couto/Ribeiradio dizendo que tinha muito interesse como severense e, também, como membro da comissão de acompanhamento, razão pela qual solicitou informação ao presidente da câmara que lha fez chegar há dias, designadamente, um protocolo de colaboração celebrado entre o Município de Sever do Vouga e uma empresa privada, do grupo Martifer. O presidente da assembleia municipal informou possuir algumas cópias desse documento, que poderia distribuir pelos membros presentes. -----
Manuel Soares – Sobre a estrada de Lourizela, respondeu que a empresa se comprometeu em colocar o piso dentro de pouco tempo. -----
Em relação à escola de Couto de Esteves, informou ser uma das primeiras escolas a ser incluída no referido plano de acção, por via da Carta Educativa, cujo processo foi aprovado no seio deste órgão, mas falta a necessária homologação. Assim, quando for homologada superiormente a carta educativa o executivo fará avançar o processo de concurso. -----
Concordou com a necessidade de sinalização do muro de Irijó, até ser resolvido o diferendo com o particular. -----
Quanto à barragem de Couto/Ribeiradio, começou por referir que deveria pedir informação à comissão, mas acrescentou que através de uma negociação realizada com o Grupo Martifer foi estabelecido um protocolo e possui um processo de candidatura elaborada e apresentada na CCDR-C, que poderá ser consultado por qualquer membro deste órgão. Desta forma, foi apresentada uma proposta para construção da barragem com recursos privados, no sentido de acrescentar a hipótese de ser substituído o Estado caso não faça a barragem. No projecto foi necessário respeitar os fins múltiplos que seriam impostos ao poder central, tais

como, os regadios, a regularização das margens do baixo Vouga, a manutenção de caudal de base a jusante na época de estiagem para compensar o processo de sanilização até Cacia e a compensação dos caudais tratados e drenados para a ria pela SIMRIA. Portanto, este processo poderá servir de alavanca para a concretização daquele projecto. -----

Sobre a ciclovia, informou considerar que os madeireiros utilizaram a via com o consentimento do empreiteiro. Mais tarde, terá que levar um impedimento para a circulação na ciclovia de motociclos e motos-a-quatro, quando estiver concluída. –

Em relação ao projecto das Minas do Braçal, lembrou tratar-se de um projecto de um investimento muito elevado, inserido num programa que engloba processos de mais sete municípios e, para este processo andar será necessária a aprovação da candidatura. Informou que estavam a ser encetados contactos com a Portucel, porque os terrenos lhe pertencem. Concluiu, sublinhando e justificando que esse projecto será destinado ao investimento privado, porque terão melhores competências para desenvolver e rentabilizar as valências que o integram. -----

Por último, justificou a comemoração do dia 25 de Março, a pedido da ANMP, com a actuação das duas bandas, apenas para tocarem o hino da comunidade europeia. Portanto, tratou-se de um simples evento e, no último momento, perante o número de pessoas que se juntaram, decidiu-se mudar para um local diferente do que estava previsto inicialmente, de modo a poderem ver melhor a actuação das duas bandas. -----

Albano Macedo – Fez a seguinte intervenção sobre o 25 de Abril, que se passa a citar: -----

“Segundo dizem as escrituras, 33 seria a idade de Jesus Cristo quando morreu, mas não falo de morte; 33 será o número ligado aos exames médicos, mas não falo de doença; o 25 de Abril não morreu e não está doente. Mas, não pode ser só uma data histórica. Passaram 33 anos, agora, passa a ser tempo de analisar o que se ganhou, como se evoluiu, o que de verdade se conquistou. É tempo de balanço e de avaliação. Olho para a história recente e surpreendo-me, de facto o 25 de Abril de 1974, trouxe ao país algo essencial – a liberdade, o direito de pensar, de falar, de escrever, de sonhar sem medo de perseguições, de censura e de tortura. Foi um ganho cujo valor não pode ser menosprezado. Mas, o que fizemos nós portugueses com essa liberdade? Pouco. Muito pouco! Em primeiro lugar, não somos capazes de ensinar às gerações do pós 25 de Abril, o preço e valor dessa mesma liberdade. Cantamos hinos. Dizemos poemas. Mas, não ensinamos – ser livre é ser responsável, é pensar, é um acto consciente de construção constante. Tal como referiu o Presidente da República no discurso de comemoração, incitando os jovens a quem pediu que não se resignassem e apelou aos políticos que unam esforços para melhorar a qualidade da democracia. Na sua intervenção, o Presidente da República, manifestou também a sua preocupação pelo alheamento dos jovens face à causa política. Perguntando directamente aos deputados se o formato cerimonial das comemorações do 25 de Abril, não deveria sofrer uma inovação. Não estarão as cerimónias do 25 de Abril a converter-se num ritual que já pouco diz aos nossos concidadãos? Preocupo-me sobretudo, com o sentido que este dia da liberdade possui para os mais jovens – para aqueles que nasceram depois de 1974. Porque, nós que estamos hoje, aqui reunidos, não somos os donos da revolução, nem os proprietários da democracia – disse o nosso presidente. Não se pode dar a liberdade, tem de se ganhar o direito de ser livre. Têm de se desenvolver hábitos de prática dessa mesma liberdade. O país da liberdade não soube e não sabe praticá-la e ensiná-la. Dói-me, constatar essa mesma realidade. Revolta-me encontrar jovens:

que nem sabem a razão desta data; que voltam as costas a tudo que se relacione com política; que dizem ser livres, porque podem assim sair à noite e beber uns copos onde lhes apetecer. Ser livre, é ser isto? Onde ficou a conquista do direito de participar na construção de um mundo melhor, mais justo, mais humano? O que aconteceu ao sonho de fazer Portugal terra de gente feliz, com sonhos. Portugal, tem quase tudo para fazer. Tem que investir a sério na educação e na juventude. E não falo de investimentos de euros, mas antes de investimentos éticos e pedagógicos, para que Portugal possa festejar o 25 de Abril e o que ele representa. Os nossos jovens têm de aprender o valor da liberdade, a importância da cidadania, a magia do sonho, o privilégio de poder fazer e ser. As festas a apelar ao passado, as coroas de flores, o enaltecer dos capitães de Abril, as marcas mais ou menos pinceladas da revolução – não fazem mais sentido no 25 de Abril de hoje. De que serve encher a Assembleia da República de cravos, ver os deputados de cravos vermelhos na lapela, se nada muda de facto. Trinta e três anos depois, Portugal já devia ter tido tempo para compreender que a liberdade é uma conquista constante da cidadania, uma prática humana e a democracia uma exigência a cada um de nós. Para honrar a memória, basta acabar com a maldição do último capítulo. E, isso não se consegue considerando um escândalo fascista a moda de invocar Salazar, nem vendo como essencial à democracia o tradicional desfile pela Avenida da Liberdade. Basta acabar com a desorganização na educação e fazer com que os professores concluam os programas curriculares e ensinem aos alunos a história recente do país. Essa deveria ser a maior herança do 25 de Abril. Há 33 anos atrás, Portugal era um país de miséria, de analfabetismo, de mortalidade infantil, de fome e era um país onde as mulheres precisavam de autorização dos maridos para se deslocarem ao estrangeiro e, onde os maridos tinham o direito consagrado de abrir a correspondência das esposas. Era um país em guerra, de onde os seus filhos saíram para morrerem em nome falso, de uma pátria que não poderia ser a sua. Trinta e três anos após o 25 de Abril, recordemos que são milhões as vítimas de Salazar e Caetano. Os que caíram na guerra, que sofreram a repressão, as prisões e os assassinatos. Os que foram condenados à emigração a salto. Os que foram destinados à miséria, à fome, à tuberculose e a outras enfermidades ou à ignorância por um regime que ignorou o ensino. Trinta e três anos após a revolução de Abril, eles andam aí de novo em concursos de televisão ou em campanhas de branqueamento dos seus crimes ou em concentrações ou em placares nas rotundas. Dirijo-me aos jovens - filhos da liberdade – que enfrentam, neste tempo, velhas e novas injustiças, que a liberdade e a democracia não foram suficientes para resolver, e procuram entender o sabor dessas conquistas, que também são suas desde o berço. Pergunto-me – como abordar Abril? Abril, é viver em liberdade e em democracia. É a possibilidade de participar e intervir. É direito e dever de cidadania. Mas, também: generosidade e gratidão; trabalho e festa; solidariedade, luta e fraternidade. Há 33 anos, aconteceu Abril em Portugal, porque houve milhares de homens e mulheres que lutaram durante os cinquenta anos de fascismo pela liberdade de todo o povo, pagando com a prisão o desterro e muitas vezes com a própria vida essa grandeza e generosidade humana. Aconteceu Abril, porque a essa luta se juntou o movimento dos capitães generosos e o movimento das forças armadas e, assim, o povo e o MFA irmanados pelos mesmos ideais de liberdade e democracia fizeram a “Revolução dos cravos”. A todos, por tudo o que nos deram, devemos a nossa gratidão, homenageando-os todos os dias, com o contributo de cada um de nós, para que os ideais que fizeram acontecer “Abril” se transformem em realidade nas nossas vidas. Por tudo o que nos ensinaram temos o dever de ir

mais longe, seguindo e aprofundando os seus ensinamentos, para enfrentar e vencer os novos problemas, novas e velhas injustiças. Porque há 30 anos, o povo ordenou pela primeira vez que houvesse em Portugal o poder local democrático que temos. O poder local que somos e representamos, e, que urge reforçar e defender contra todas as tentativas de fragilização ao nível dos recursos e perda da autonomia. Cada vez mais claramente, a vida vai-nos demonstrando que, nos tempos que correm, o comemorar da revolução de Abril tem de ser muito mais que os valores da liberdade, da democracia e da solidariedade. Pelo CDS-PP, o deputado Nuno Magalhães no seu discurso do 25 de Abril na Assembleia da República, preferiu sublinhar os novos desafios que implicam ultrapassar alguns daqueles dogmas da revolução, como exemplo, um maior sentimento de responsabilidade social – eu concordo. E todos nós temos de concordar, mas não é só o concordar. Mas, também o de cumprir e colaborar para a concretização desses desafios. Não bastam aqueles discursos onde é que eu estava no 25 de Abril, quando está em causa são os direitos, liberdades e garantias conquistadas nessa data. Decorridos 33 anos, após o golpe militar, que pôs fim ao “estado novo”, durante o qual colunas rebeldes chegaram a obedecer ordeiramente aos sinais de trânsito, como foi o caso do capitão Salgueiro Maia, as comemorações da data tendem paulatinamente a confundir-se com o 5 de Outubro da implantação da República, em 1910. Senão no calendário, pelo menos na pompa e numa ou noutra circunstância. Trinta e três anos depois do 25 de Abril, a memória está mal cuidada de propósito. Trinta e três anos depois da revolução, há quem cuide em apagá-la e há quem não queira em consciência ver os perigos que espreitam por detrás da falsificação da história e do branqueamento do fascismo. Para que não seja tarde, recordemos sempre Abril sempre que for preciso. Por isso, o chefe de estado fez um apelo às diversas forças políticas para que, ao invés de se ficarem apenas pelo que as divide, juntem esforços e fazer obra em comum. Que tal senhores membros da assembleia municipal? Será que somos todos capazes de acatar este apelo democrático? E, continua o Presidente da República – só assim poderemos conquistar o interesse das novas gerações pela actividade política. Então, fará sentido fazer discursos, organizar sessões solenes ou extraordinárias e marcar desfiles militares, cantar liberdade e, depois, não termos dignidade suficiente para respeitarmos as decisões populares e a humildade para reconhecermos o valor e trabalho do nosso adversário político. Fará sentido falar ou comemorar Abril e não respeitarmos os nossos adversários políticos só porque os argumentos escasseiam e a calúnia é uma arma mais poderosa que a verdade? Não creio, meus senhores. Afinal, passados 33 anos, o 25 de Abril ainda não terminou! -----

Almeida e Costa – Depois deste discurso referiu – fica a reflexão. -----

António Dias – Solicitou informação sobre dois assuntos. O primeiro relacionado com a ligação de autocarro da empresa Transdev entre Talhadas e Vouzela, cujo trajecto era muito usado pelas pessoas que iam para a “Feira Franca de Oliveira de Frades”, bem como, estudantes que utilizavam esse transporte público e tomara conhecimento que iria deixar de ser feito esse circuito. Assim, perguntou se a Câmara Municipal de Sever do Vouga e a Junta de Freguesia de Talhadas poderiam solicitar que essa ligação não deixasse de se fazer. O segundo assunto, prendia-se com a estrada realizada entre a Ereira e a Vide, na freguesia de Talhadas. Isto para informar que as pessoas mal passam nessa via, muito danificada pelas motos a quatro. Desta forma, solicitou uma intervenção naquele caminho. -----

Manuel Soares – Em relação ao circuito de Talhadas, informou que iria articular com a Junta de Freguesia para se discutir e analisar esse assunto. Quanto ao

caminho florestal da Ereira, solicitou ao vereador Raul Duarte para verificar como se encontra o caminho para se efectuar a correspondente beneficiação. -----
Joaquim Zacarias – Começou por citar o seguinte editorial – Passaram 33 anos sobre o 25 de Abril e na perspectiva histórica que o tempo amadureceu, apesar das mudanças planetárias, continua intacto o poder simbólico e o acto colectivo do movimento dos capitães, que restituiu a liberdade ao povo português. Passaram mais de três décadas e, nesse fragmento temporal, dissolveu-se boa parte da memória do que era Portugal na configuração dos arcaísmos ideológicos de um regime de opressão. E, as novas gerações criadas e vividas em plenitude democrática, porventura, só com o recurso à imaginação conseguem hoje, visualizar os horizontes de tristeza e sujeição, que assim é a vida sem liberdade do quotidiano que então estava reservado como fatalidade aos Portugueses. É que nessa mudança qualitativa de recuperação de direitos longamente expropriados reside a grandeza do 25 de Abril, como projecto consubstanciador de um país mais fraterno e justo. E, se lembrar o passado recente é uma exigência ética, lamentavelmente tem sido descurada na sociedade e no sistema educativo. O que mais exaltante se retira do 25 de Abril é o carácter projectivo de futuro, que marca o património de ideias que o texto fundador da democracia portuguesa – Constituição da República Portuguesa – assinala de forma perene como matriz de uma pátria solidária, aberta à justiça e ao desenvolvimento. Por contingências políticas ou omissões, por cedências espúrias ou meras conveniências do poder económico, o 25 de Abril está longe de se ter cumprido em relação à construção da tal pátria, onde a felicidade, como puro pássaro de que falava o poeta Rui Belo, fosse possível. Seria estulto não implicar nessa falência social as convulsões que transformaram estruturalmente o mundo e a forma como a divisão dos poderes se alterou radicalmente, subalternizando a política em favor do poder financeiro, esquema aliás a que a própria informação não escapou, vestindo as vestes de uma espécie do novo poder, tantas vezes caucionados, caucionador ou sustentáculo das novas realidades políticas. Na escala dos valores assistimos, paulatinamente, à regressão do modelo social tornando-se de uma vulnerabilidade crescente a galáxia de direitos que postulavam o estado social. O desemprego e exclusão social aumentam, a insegurança e cresce o número de cidadãos dispensáveis na exacta fórmula da desumanidade em curso. Esse panorama desolador só faz crescer a nossa responsabilidade cívica para que os sinos não dobrem por nós. Iludir as questões. Meter a cabeça na areia como a avestruz, não é postura de Abril. A liberdade não é passível de leituras restritivas ou tuteladas. Abril, não se conjuga com medos e angústias. Nem se revê na distribuição dos direitos sociais tão dolorosamente alcançados. A própria Europa se tornou refém deste novo capitalismo ultra liberal, esquecendo-se com excessiva facilidade da Europa dos cidadãos e da cordialidade uma das suas principais heranças civilizacionais. Devemos invocar hoje o 25 de Abril de 1974 e, ao fazê-lo, olhar para a realidade com carácter de exigência, com sentido crítico e de liberdade, não esquecendo que a grande virtude da democracia ainda é a participação e a liberdade de pensamento. Não faltam os que se julgam donos da política e proprietários das consciências. Ingentemente, eles, como os detentores antes do 25 de Abril não sabem que o homem tem uma grande virtude: é que às vezes pode pensar”. -----
Informou que, logicamente, o texto não lhe pertencia. É uma grande página literária que aparece esta semana no editorial no Jornal do Fundão, do seu ilustre director – Fernando Paulo Louro das Neves. Concluiu que o texto é belo e não poderia deixar

de o ler nesta sessão já que no dia 25 de Abril nada foi feito para que ele fosse apresentado a esta assembleia. -----

Seguidamente, neste contexto de Abril, informou que devido à posição tomada em campanha eleitoral e por se encontrarem na oposição, onde colocam questões apresentadas pela população do concelho, são dignos: de desprezo, do não cumprimento, de ameaça e demais situações. Considerou que, se as pessoas criticam determinadas situações como: obras, ETAR's que esgotam para a rua, caminhos que estavam abertos há dezenas e dezenas de anos para o rio, são colocadas no seio desta assembleia porque têm de ser questionadas, por serem estranhas e, não com o objectivo de ofender alguma pessoa ou empresário deste concelho. -----

Depois, na sequência de alguns apontamentos anotados, abordou os seguintes assuntos: -----

Comemorações dos 50 anos do Tratado de Roma: As comemorações desta efeméride não decorreram da melhor forma. Dirigiu-se ao presidente da câmara para lhe dizer que na verdade não teve culpa no que aconteceu, porque efectivamente não foi ouvido. Referiu, haver um palco mais a baixo, onde a comemoração poderia ter sido feita, sem o incómodo dos carros que passavam. ----

Encerramentos do SAP e Tribunal: Considerou irreversível o encerramento do SAP neste concelho, questionando se ainda seria possível tomar algumas diligências para inverter essa decisão. Seguidamente, na sequência da reorganização das comarcas a nível nacional, perguntou se está previsto o encerramento do Tribunal desta Comarca. -----

Horário das sessões e reuniões públicas: Perguntou ao presidente da assembleia municipal se foi tomada alguma medida no sentido de se alterar o respectivo horário. Quanto às reuniões do órgão executivo, perguntou se as reuniões são públicas porque o público pode intervir ou são ambas públicas e numa o público pode intervir e na outra não? -----

Limpeza dos Caminhos florestais e da cintura à volta da vila: Informou já ter sido solicitado o arranjo do caminho do Covelo ao Ermidão e da Serra até ao Ermidão. Mas, considerou não fazer qualquer sentido fazer essas beneficiações e continuarem a circular nessas vias as motos a quatro que os danificam em pouco tempo. Sobre os caminhos florestais, lembrou a notícia publicada no Beira Vouga, onde o Comandante dos Bombeiros Voluntários alertava para a necessidade de beneficiação dessas vias. Nesse contexto, alertou que a vila está rodeada por uma grande mancha florestal. Não sendo necessário ir muito longe da vila, para se vislumbrar que alguns caminhos que a rodeiam estão completamente intransitáveis.

Acessibilidades: Dirigiu-se ao presidente da câmara e informou que a vila está quase rodeada de uma via cintura externa, que apenas não se encontra concluída entre a zona do Centro de Saúde e a denominada Serra. -----

Trânsito: Começou por referir que já tinha sugerido vedar-se a circulação de pesados no centro da vila, para dizer que efectivamente, isso não foi feito e continua a acontecer. Aproveitando para referir que, num passado recente, uma empresa de transporte de torres eólicas atravessou a vila e congestionou o trânsito. Sugeriu, que a circulação de veículos no centro da vila só deveria ser autorizada para serem feitas cargas e descargas na vila. -----

Garagens: Perguntou sobre o ponto de situação das garagens em frente ao complexo habitacional e arranjos da zona envolvente. -----

ETAR de Sever: Advertiu para o mau funcionamento deste equipamento, constatado por algumas crianças do jardim desta vila. Informou que alguém, na

sequência dos maus cheiros, foi à ETAR e verificou que estava a transbordar e a derramar para o ribeiro. Portanto, trata-se de um assunto a resolver. -----

Ecovouga: Na comunicação do presidente da câmara foi referida a acção de limpeza no rio Vouga. Considerando que a Câmara Municipal foi promotora desse evento, lamentou que não tivesse sido dado conhecimento à comissão do ambiente, da Assembleia Municipal. Aproveitou para comunicar ao presidente da assembleia municipal que iria apresentar, por escrito, o pedido da sua demissão de membro da comissão de defesa do ambiente. -----

Ciclovía: Informou ter lido a notícia num jornal em como a ciclovía iria ser asfaltada e o valor rondaria os trezentos e cinquenta mil euros. Desejou saber se efectivamente aquele valor faz parte da empreitada inicial. Seguidamente, sugeriu a aquisição dos terrenos entre a ciclovía e a ex-EN-16, bem como, entre a estrada e o rio, no sentido de serem embelezadas as margens do Vouga. -----

Cartazes: Referiu, novamente, que os cartazes continuam a ficar pendurados ao longo da mencionada estrada, durante muito tempo. -----

Estacionamento: Sobre o estacionamento no centro da vila, em frente ao Café Severense, informou não ter absolutamente nada contra esse estacionamento. Só que, entre a passadeira e a paragem de autocarros foi pintada uma faixa de amarelo, sinalizando a proibição de estacionar. Antes da passadeira nada possui e, curiosamente, na curva em frente ao edifício da Praça também possui um traçado a amarelo, onde é expressamente proibido estacionar. Acrescentou, nada ter contra quem estaciona naquele local. Mas, já tinha constatado a dificuldade dos autocarros manobrem naquele cruzamento, no sentido descendente para a Rua da Igreja, quando estão estacionados veículos mais dentro da via. Portanto, solicitou providências para resolver essa situação. -----

Almeida e Costa – Respondeu às duas questões. Quanto aos horários das sessões, informou que a mesa não tem interesse de *per si* em propor a alteração do horário. Sugeriu, novamente, a apresentação de uma proposta individual ou em grupo sobre a mudança do horário, para votação nesta assembleia. Em relação ao Tribunal da Comarca informou que não seria encerrado. O estudo proposto pelo governo prende-se com a red denominação do termo “comarca” em todo o país. O Circulo Judicial de Aveiro, onde pertence este concelho, vai de Sever até Mira, deixando de ser denominado Circulo Judicial para passar a chamar-se Circunscrição Judicial e vai abarcar os municípios da Nut III, do Baixo Vouga. Portanto, continuará a manter-se o tribunal neste concelho, onde os magistrados passarão a chamar-se Juizes de Proximidade e, neste concelho, encontra-se previsto “Meio Juízo de Proximidade”, querendo dizer, em principio, que teremos um juiz que preste serviço em outro tribunal, se o movimento assim o justificar. -----

Manuel Soares – Respondeu o seguinte, quanto às questões e assuntos abordados: -
SAP – Informou já terem efectuado diligências com o Centro de Saúde e reuniões realizadas na Sub-região de Saúde para solicitar que aquele serviço não encerrasse. Mas, parece irredutível porque essa decisão se encontra inserida num projecto que abrange o encerramento de todos os SAP’s do país. Comunicou que a ANMP considera essa posição como um facto assumido e, portanto, distribuiu a todos os municípios uma minuta de protocolo a celebrar com o Ministério da Saúde. Disponibilizou-se para entregar uma cópia aos membros que desejassem analisar esse documento. A posição da ANMP é não dissociar o encerramento dos SAP’s da rede das urgências. E, as urgências em muitos locais do país ainda não estão instaladas. Comunicou que no seio do Conselho Geral da ANMP esta proposta foi aprovada por unanimidade, considerando que esta entidade também a subscreveu.

Mas, ainda não há acordo com o Ministério da Saúde devido às exigências exaradas nalguns artigos, tais como, a não deslocação de equipamento específico e manter-se em actividade nos centros de saúde, o melhoramento da Urgência Pré-hospitalar, nomeadamente, através da coordenação com o INEM e formação para os Bombeiros Voluntários. -----

Referiu a hipótese de ser criado um “hospital de retaguarda” no edifício da Misericórdia, para internamento e recuperação. Também, há a possibilidade de ser criado no concelho um serviço denominado “Unidade de Cuidados Continuados de Saúde”. -----

Reuniões públicas – Informou que nos termos da legislação em vigor está prevista a figura de reuniões públicas, onde o público poderá estar presente e intervir no período destinado a esse fim. As restantes realizam-se, portanto, sem a presença de público. Acrescentou, as pessoas que desejem estar presentes nas reuniões que sejam públicas poderão fazê-lo, mas não podem intervir. -----

Caminhos Florestais – Como referiu o membro Joaquim Zacarias, alguns caminhos florestais estão no estado como se encontram devido ao facto de não serem limpos após o corte das árvores nos pinhais próximos. O presidente da câmara concordou com esta afirmação e acrescentou ser muito difícil manter os caminhos florestais limpos, quando os madeireiros e os proprietários dos pinhais não têm o cuidado de fazerem essa limpeza no final do corte realizado nas matas. A resolução dessa situação poderá ser resolvida através da fiscalização a realizar pela Brigada do Ambiente. -----

Trânsito – Tomou nota como sugestão a situação apontada sobre a circulação de veículos no centro da vila e aproveitou para informar que está a ser organizado um processo no sentido de serem instalados parcómetros na vila. -----

Garagens – Referiu encontrar-se uma empreitada a decorrer e, quanto ao preço, informou que as últimas duas garagens foram vendidas por quinze mil euros. -----

ETAR – Informou que a ETAR tem o modelo da altura em que foi construída. -----

Ecovouga – Informou que a iniciativa foi da empresa Turnauga e o Município prestou apoio na organização. Este ano, os encargos foram financiados através da Rota da Luz e o evento foi amplamente divulgado como se constatou, através da presença de pessoas de outros distritos. Ficou a nota de se sugerir a consulta da comissão do ambiente, para saber se estarão interessados a integrarem a organização do evento a realizar no próximo ano. -----

Ciclovía – Informou que está prevista a colocação de uma camada de tapete, conforme estabelecem as normas sobre ciclovias, onde é exigida a colocação desse piso com a pigmentação em cor verde ou castanha. Acrescentou que o projecto foi elaborado e imposto pela entidade proprietária dos terrenos onde está a ser construída a ciclovía (CP). Por último, informou que o valor mencionado se refere à obra na sua totalidade. -----

Estacionamento – Em relação à faixa amarela pintada entre a passadeira e o local da paragem dos autocarros, no centro da vila, informou que esse assunto foi discutido na Câmara Municipal e decidiu-se, por unanimidade, proceder à eliminação do traçado pintado de amarelo e modificar a localização da passadeira ou do rebaixamento no passeio, de modo a poderem coincidir e permitir que as pessoas que circulam em cadeiras de rodas possam atravessar na passadeira. -----

Almeida e Costa – Referiu que, na sequência da intervenção do membro Joaquim Zacarias e da resposta dada pelo senhor presidente da câmara acerca do encerramento do SAP, sugeriu ao presidente da Junta de Freguesia de Sever do Vouga se juntasse a um ou mais membros deste órgão para, em conjunto,

elaborarem um texto para ser apreciado e votado em outros assuntos. Seguidamente, foi efectuado um intervalo de modo a poderem redigir o referido texto. -----

Antes do intervalo, o membro Albano Macedo solicitou a palavra para dizer que, desejava publicamente transmitir a sua solidariedade para com o colega, em relação à situação apontada pelo membro Joaquim Zacarias, sobre as ameaças efectuadas, designadamente, por um empresário. -----

O membro Nuno Silva ausentou-se da sala antes da apreciação dos assuntos do “Período da Ordem do Dia”, não tendo participado nas respectivas votações. -----

----- 3 - Ordem do Dia -----

-----**3.1 – Prestação de Contas de 2006:** - Foram colocados para apreciação e votação os documentos da Prestação de Contas de 2006, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei das Autarquias Locais. Seguidamente, o presidente da Câmara começou por prestar alguns esclarecimentos sobre os dados mais importantes dos documentos da prestação de contas, tais como, realização da receita, execução da despesa, encargos com pessoal, endividamento do Município, execução das Grandes Opções do Plano e resultado do exercício, deixando para mais tarde, alguns esclarecimentos pontuais em função das questões colocadas pelos membros desta assembleia. -----

Intervenções: -----

Foram anotadas as intervenções dos seguintes membros: -----

José Braga – Apresentou apenas a seguinte questão, dirigida ao presidente da câmara: “Está em condições de garantir a esta assembleia se os autos de medição são aprovados em tempo útil, face à data que os mesmos são elaborados, por forma a garantir o apuramento das dívidas a fornecedores até 31 de Dezembro de 2006?”.

Manuel Soares – Informou que passaria a palavra ao Director de Departamento Administrativo e Financeiro, mas respondendo à questão, disse não poder garantir que até 31 de Dezembro, mas até uma data em que o director estipula, ou seja, chegada uma determinada altura próxima do final do ano o director, para poder encerrar as contas, dá instruções ao serviço de contabilidade para não fazerem lançamentos de facturação que chega nesses últimos dias. Sublinhou e esclareceu a Assembleia Municipal que, quando aos registos contabilísticos, designadamente, sobre o lançamento das facturas referentes aos autos de medição, desejou que o director aqui presente dissesse que não tinha qualquer interferência, nem qualquer vereador. Acrescentou que a parte contabilística, como se processa todo o serviço é tramitado e organizado é da exclusiva do responsável pelos serviços de contabilidade da autarquia. -----

Continuou, referindo que o assunto relacionado com o não registo das facturas de alguns autos de medição tinha sido abordado na reunião da câmara e estivemos reunidos nos serviços para esclarecer todas as dúvidas levantadas e, pessoalmente, foi devidamente esclarecido havendo apenas dúvidas quanto a um único auto de medição. Por último, entregou ao presidente da assembleia municipal uma justificação escrita elaborada pelos serviços onde são prestados esclarecimentos sobre as questões colocadas na reunião do órgão executivo. -----

Almeida e Costa – Disse que, perante os esclarecimentos apresentados pelo presidente da câmara lhe parecia que estava dirimida a dúvida apresentada pelo membro José Braga. -----

O director de departamento informou haver segregação de funções quer ao nível das hierarquias como entre os diversos serviços e, portanto, não pode aceitar instruções para não ser registado determinado documento. Referiu também, que

tinha falado com o técnico que tinha elaborado os autos de medição e este lhe respondeu que não se preocupa com essas questões e nem sabe nada sobre os procedimentos contabilísticos. -----

António Dias – Apresentou uma análise económica e financeira elaborada com base nos elementos exarados nas demonstrações financeiras, tecendo no final as devidas conclusões, referindo que a autarquia apresenta a sua situação económica e financeira equilibrada, não tendo qualquer dificuldade em cumprir os seus propósitos no futuro, podendo contrair financiamentos externos para os endividamentos que necessite, esperando que continue a promover o desenvolvimento local, por forma sustentada e ordenada, que fomente o desenvolvimento e o ordenamento industrial, que estimule a reestruturação e diversificação de sectores de actividade, alguns já implementados no nosso concelho, que crie novas iniciativas industriais e fomente a criação de emprego, de modo a incentivar a fixação da nossa população, que mantenha ou aumente o investimento na urbanização, que apoie o investimento nas empresas, através da disponibilização de lotes com terrenos a preços reduzidos e, por último, que continue a preservar os aspectos urbanísticos e ambientais como têm vindo a fazer até à presente data. -----

Albano Macedo – Começou por sublinhar a qualidade da apresentação deste documento, o qual disponibiliza uma grande quantidade de informações necessárias para se avaliar a gestão municipal. Quanto à informação exarada nos documentos, referiu que tem a particularidade de praticamente coincidir com o fim de um ciclo marcado pelo fecho do III QCA e, que a oposição tem usado como arma de arremesso a dívida do Município e a falta de estratégia para o concelho. Mas, ignoram propositadamente os investimentos e as transformações operadas no concelho nos últimos anos. É evidente que se o concelho estivesse estagnado e os investimentos fossem inexistentes não haveria dívida expressiva nas contas, mas seria a mesma oposição, que hoje nos critica pela dívida, a atacar o executivo por incapacidade de fazer obra, falta de estratégia e incapacidade de captar apoios comunitários. Continuou, tecendo alguns comentários políticos sobre a actividade desenvolvida pelo executivo, mediante uma abordagem de alguns elementos das demonstrações financeiras, sublinhando os aspectos negativos e positivos evidenciados. -----

José Braga – Solicitou a palavra para se manifestar contra a anterior intervenção e referir que a oposição não disse que ignorava propositadamente a situação, como referiu o membro Albano Macedo. -----

Joaquim Zacarias – Também, solicitou a palavra para dizer que a anterior intervenção, apesar de ter sido do agrado de alguma gente, pautou-se por afirmações que se dirigiam em particular a uma pessoa presente e, em qualquer assembleia anterior não se verificou uma intervenção do género. -----

Almeida e Costa – Referiu que não vislumbrou nada de grave na intervenção do membro Albano Macedo, considerando-a apenas como uma alocução marcadamente política. -----

Albano Macedo – Solicitou a palavra para dizer que não teve a intenção de ofender qualquer pessoa. -----

Concluídas as intervenções sobre a apreciação dos documentos da prestação de contas, foram colocados à votação, verificando-se o seguinte resultado: -----

19 votos a favor, de Almeida e Costa, Júlio Fernandes, David Alves, Albano Macedo, Alexandre Tavares, António Dias, António Tavares, Belmiro Marques, Edgar Silva, Fernando Oliveira, Harolde Balaias, José Silva, José Almeida, Maria

Elisabete Henriques, Paula Santos, António Ferreira, Claudino Soares, João Henrique e José dos Anjos. -----

2 abstenções, de Severo Pereira e Rui Rocha. -----

6 votos contra, de José Braga, Ana Hadden, Manuel Soares, José Coutinho, Silvério Gomes, Joaquim Zacarias. -----

-----3.2 - Inventário e Cadastro de 2006: - Depois de prestados alguns esclarecimentos sobre o documento apresentado e após confirmação de não haver qualquer questão sobre os mapas que foram entregues, foi colocado à votação após apreciação. O inventário e cadastro referente aos bens do Município, reportado a 31-12-2006, foi apresentado e analisado sem discordância. -----

O membro Paula Santos ausentou-se da sala cerca das 20 horas, não tendo participado nas discussões e votações dos pontos seguintes. -----

-----3.3 - 1ª Revisão Orçamental de 2007: - Seguidamente, o presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos sobre o documento apresentado, atempadamente, aos membros deste órgão, sobre a 1ª Revisão Orçamental de 2007, que compreende a 1ª Revisão do Orçamento de Receita, com um reforço do orçamento em 489.900,00€ (quatrocentos e oitenta e nove mil e novecentos euros), o Orçamento de Despesa com um reforço de 612.980,00€ (seiscentos e doze mil, novecentos e oitenta euros) e anulações num total de 123.080,00€ (cento e vinte e três mil e oitenta euros), o Plano Plurianual de Investimentos com um acréscimo de 232.205,00€ (duzentos e trinta e dois mil, duzentos e cinco euros) e o Plano de Actividades com um acréscimos de 6.000,00€ (seis mil euros). -----

Este documento foi aprovado, por maioria, com dezanove votos a favor e as abstenções de José Braga, Ana Hadden, Severo Pereira, Manuel Soares, José Coutinho, Silvério Gomes e Joaquim Gabriel. -----

-----3.4 - Autorização de transferência do património para a Vougapark: -

Considerando as justificações apresentadas pelo presidente da câmara, foi deliberado, por maioria, autorizar a Câmara Municipal a transferir, os imóveis que compõem o complexo da antiga fábrica das “Massas Vouga”, para a Vougapark – Parque Tecnológico do Vouga, E.M., mediante o aumento do capital social e da participação do Município na mencionada empresa municipal. Os prédios a transferir nesta operação são os seguintes: artigos matriciais n.os 146, 164, 397, 240, 271, 280, 552 e 976, da freguesia de Paradela do Vouga. Esta deliberação foi tomada para cumprimento do que se encontra estabelecido na alínea i), do n.º 2, do art.º 53º da Lei das Autarquias Locais. A votação deste ponto foi a seguinte: -----

19 votos a favor, de Almeida e Costa, Júlio Fernandes, David Alves, Albano Macedo, Alexandre Tavares, António Dias, António Tavares, Belmiro Marques, Edgar Silva, Fernando Oliveira, Harolde Balaías, José Silva, José Almeida, Maria Elisabete Henriques, Rui Rocha, António Ferreira, Claudino Soares, João Henrique e José dos Anjos. -----

7 abstenções, de José Braga, Ana Hadden, Severo Pereira, Manuel Soares, José Coutinho, Silvério Gomes e Joaquim Gabriel. -----

-----3.5 - Isenção de IMT na transferência do património: - Nos termos do n.º 2, do art.º 12º e usando dos poder tributário indicado na alínea d), do art.º 11º, ambos da Lei das Finanças Locais, aprovada através da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal para isenção de IMT – Imposto sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis a transferência dos imóveis do complexo da antiga fábrica das “Massas Vouga”, correspondentes aos artigos matriciais n.ºs 146, 164, 397, 240, 271, 280, 552 e 976, da freguesia de Paradela do Vouga, cuja

propriedade passará a pertencer à sociedade Vougapark – Parque Tecnológico do Vouga, E.M., após a operação de aumento do capital social da empresa municipal mediante a incorporação de bens em espécie. A votação deste ponto foi a seguinte: Votaram a favor os vinte e seis membros presentes. -----

-----**3.6 - Alteração de caminho público, nos Padrões:** - No uso da competência conferida ao presente órgão, através da alínea b), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei das Autarquias Locais, foi aprovada, por unanimidade, a alteração da localização do caminho público situado nos Padrões, conforme proposta apresentada na planta que se considera aqui como transcrita e vai ser arquivada junto dos documentos desta sessão. Votaram a favor os vinte e seis membros presentes. -----

-----**3.7 – CPCJ – Relatório de Avaliação/2006:** - Foi decidido, por unanimidade, adiar para a próxima sessão a apreciação do documento apresentado. -----

----- **4 – Outros assuntos.** Foi decidido elaborar a seguinte moção. -----

----- **4.1 – Moção:** - Foi elaborada e apresentada para apreciação e votação a seguinte moção sobre a decisão veiculada do encerramento do SAP – Serviço de Apoio Permanente de Sever do Vouga: -----

A Assembleia Municipal, sensível às preocupações da população do concelho sobre as possibilidades de um eventual encerramento do S.A.P. de Sever do Vouga, manifesta o seu protesto acerca desta acção contrária aos interesses da população severense. -----

O direito a um sistema de saúde em prol da dignidade humana e o distanciamento de algumas freguesias do concelho para os hospitais de Águeda ou de Aveiro, são factores de dignificação dos cuidados primários de saúde. -----

Os S.A.P. são os verdadeiros serviços de urgência. -----

Ciente destas preocupações, a Assembleia Municipal de Sever do Vouga apoia a manutenção do serviço dos S.A.P. -----

Acresce que, recentemente, foram efectuadas obras de ampliação e modernização nas instalações do Centro de Saúde, que permitem a prestação de serviços dos Serviços de Apoio Permanente. -----

Esta moção foi aprovada, por unanimidade. -----

----- **5 – Período destinado ao público** -----

Não foi registada qualquer intervenção. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta, bem como, os textos mais importantes, foram aprovados, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----
